



RADAR

NOVO GOVERNO

IMPACTOS JURÍDICOS

JANEIRO DE 2023

Relações Governamentais

No Radar Governamental, destacamos as principais normas que estão sendo implementadas e revogadas pelo poder Executivo, bem como os projetos de lei apresentados no Legislativo, ambos em nível federal, apresentados em janeiro de 2023 em razão do início do novo governo. Abaixo, selecionamos as que podem ter impacto no ambiente empresarial.

SUMÁRIO

- | | |
|--|--|
| 2 Atos do Poder Executivo | 10 Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos |
| 5 Atos do Poder Legislativo | 10 Ministério da Saúde |
| 5 Banco Central do Brasil | 11 Ministério das Comunicações |
| 6 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 12 Ministério das Relações Exteriores |
| 7 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações | 12 Ministério de Minas e Energia |
| 7 Ministério da Defesa | 13 Ministério do Turismo |
| 7 Ministério da Economia | 13 Presidência da República |
| 8 Ministério da Educação | |
| 9 Ministério da Infraestrutura | |
| 9 Ministério da Justiça e Segurança Pública | |

Atos do Poder Executivo

Organização Básica. Presidência.

A Medida Provisória n.º 1.154/2023 estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.



ICMS. PIS/Pasep e Cofins.

A Medida Provisória n.º 1.159/2023 exclui o imposto ICMS da incidência e da base de cálculo dos créditos das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins.



CMN. Atividades Financeiras.

A Medida Provisória n.º 1.158/2023 dispõe sobre **(i)** o Conselho Monetário Nacional (CMN) e **(ii)** a vinculação administrativa do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ao Ministério da Fazenda.



CARF. Conformidade Tributária.

A Medida Provisória n.º 1.160/2023 dispõe sobre **(i)** voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF); **(ii)** conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; e **(iii)** contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.



Riscos Fiscais Judiciais.

O Decreto n.º 11.379/2023 institui o Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais.



Óleo e Gás. PIS/Pasep e Cofins.

A Medida Provisória n.º 1.157/2023 reduz as alíquotas das contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.



Meio Ambiente. Estrutura Regimental.

O Decreto n.º 11.349/2023 aprova a Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.



Meio Ambiente. Procuradoria Nacional.

O Decreto n.º 11.328/2023 aprova nova estrutura regimental e quadro demonstrativo da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente.



FUNASA. Extinção.

A Medida Provisória n.º 1.156/2023 dispõe sobre extinção da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e absorção de suas competências, patrimônio e pessoal pela administração pública federal direta.



Auxílio Gás. Auxílio Brasil.

A Medida Provisória n.º 1.155/2023 institui o Adicional Complementar do Programa Auxílio Brasil e do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros.



FNMA. Conselho Deliberativo.

O Decreto n.º 11.372/2023 altera composição do conselho deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).



Mineração Artesanal. Revogação.

O Decreto n.º 11.369/2023 revoga decreto que institui o Programa de apoio e a Comissão Interministerial para o desenvolvimento da mineração artesanal e em pequena escala.



PIS/Pasep e COFINS. Revogação e Repristinação.

O Decreto n.º 11.374/2023 revoga decretos, revigora dispositivos e repristina redações para melhorar as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS.



Educação Especial. Revogação.

O Decreto n.º 11.370/2023 revoga decreto que institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida.



Desmatamento. Prevenção e Controle.

O Decreto n.º 11.367/2023 **(i)** institui Comissão Interministerial Permanente de prevenção e controle do desmatamento, **(ii)** restabelece o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm e **(iii)** dispõe sobre planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento no cerrado, na mata atlântica, na caatinga, no pampa e no pantanal



Armas e Munições. Regulamentação.

O Decreto n.º 11.366/2023 traz restrições relacionadas a armas/munições de uso restrito e clubes de tiro, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação ao Estatuto do Desarmamento.



Infrações Ambientais. Apuração.

O Decreto n.º 11.373/2023 altera o decreto que dispõe sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e respectivo processo administrativo de apuração (Decreto n.º 6.514/2008).



Tributação e Aduana. Extinção.

O Decreto n.º 11.375/2023 dispõe sobre extinção de adidâncias tributárias e aduaneiras junto a representações diplomáticas brasileiras no exterior e regras transitórias.



Fundo Amazônia. Governança.

O Decreto n.º 11.368/2023 dispõe sobre a governança do Fundo Amazônia.



Atos do Poder Legislativo

Segurança Pública e Defesa Social.

A Lei n.º 14.531/2023 institui diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social.



Identificação. CPF.

A Lei n.º 14.534/2023 estabelece o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.



Registros Públicos.

A Lei n.º 14.382/2022 dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp).



Banco Central do Brasil

Grupos de Consórcio.

A Resolução BCB n.º 285/2023 dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio.



PIX. Limites de Valor.

A Instrução Normativa BCB n.º 341/2022 dispõe sobre prazo de implementação dos limites de valor para as transações no âmbito do Pix.



Instituições Financeiras. Autorização.

A Instrução Normativa BCB n.º 342/2023 altera instrução que divulga procedimentos, documentos, prazos e informações para autorização de funcionamento de instituições financeiras.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretaria de Defesa Agropecuária (“SDA”)

Rastreabilidade. Regulamentação.

A Portaria SDA n.º 733/2022 solicita subsídios à discussão sobre proposta de regulamentação de controles aplicados à rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos no Brasil.



Secretaria Executiva (“SE”)

Competências. Superintendentes.

A Portaria SE/MAPA n.º 16/2023 subdelega competências aos Superintendentes Federais de Agricultura e Pecuária referentes a pessoal.



Competências. Pessoas e Conhecimento.

A Portaria SE/MAPA n.º 17/2023 subdelega competências ao Subsecretário de Gestão de Pessoas e de Gestão do Conhecimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura e Pecuária.



Secretaria de Política Agrícola (“SPA”)

Crédito Rural. Pronaf.

A Portaria SPA/MAPA n.º 61/2023 informa percentual do bônus de desconto a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia.



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“CNPQ”)

Cota de Importação.

Despacho de 2022 estabelece critérios para distribuição de cota de importação 2023.



Ministério da Defesa

Comando da Aeronáutica

Governança Digital. Proteção de Dados.

A Portaria GABAER n.º 432/2023 designa integrantes do Comitê de Governança Digital, de Segurança da Informação e de Proteção de Dados (CGDSIPD).



Ministério da Economia

Contribuição Previdenciária

O Ato Declaratório Executivo CODAR n.º 2/2023 institui código de receita para recolhimento de contribuição previdenciária.



Governança. Estatais.

A Resolução CGPAR n.º 44/2022 estabelece diretrizes e parâmetros de governança para estruturar áreas de auditoria interna, corregedoria, ouvidoria, conformidade e gestão de riscos das empresas estatais federais.



Drogas Ilícitas. RFB.

A Instrução Normativa RFB n.º 2.127/2022 dispõe sobre retenção, encaminhamento e entrega de drogas ilícitas no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).



Mercadoria Extraviada. Mediana.

O Ato Declaratório Executivo COANA n.º 1/2023 divulga o valor da mediana para lançamento do crédito tributário relativo à mercadoria importada que tenha sido extraviada ou consumida.



Ministério da Educação

Educação Digital.

A Lei n.º 14.533/2023 institui a Política Nacional de Educação Digital.



CENSO 2023.

A Portaria n.º 578/2022 define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2023.



Estatísticas 2023.

A Portaria n.º 576/2022 dispõe sobre o cronograma de divulgação dos produtos e indicadores produzidos pela Diretoria de Estatísticas Educacionais para o exercício de 2023.



Ensino Híbrido. Pós-Graduação.

A Portaria n.º 315/2022 acolhe a utilização do processo híbrido de ensino e aprendizagem pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.



PNE 2023. Datas e Indicadores.

A Portaria n.º 579/2022 dispõe sobre períodos para coleta de dados e divulgação dos indicadores de cálculo das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), no exercício de 2023.



ENADE 2023. Cronograma.

A Portaria n.º 571/2022 dispõe sobre o macro cronograma do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2023.



Ministério da Infraestrutura

Trânsito. Agenda Regulatória.

A Portaria n.º 1.731/2022 institui a Agenda Regulatória da Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) para o biênio 2023-2024.



Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”)

Infraestrutura Aeroportuária. Prestação do Serviço.

A Portaria n.º 10.164/2022 estabelece prazos e modelos de documentos, aplicáveis às concessionárias de serviço público de infraestrutura aeroportuária.



Ministério da Justiça e Segurança Pública

Secretaria Nacional de Justiça (“SENAJUS”)

Competências. Revogação.

A Portaria SENAJUS/MJSP n.º 68/2022 revoga portaria que subdelega competências no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos

Conselho Nacional. Regimento.

A Resolução n.º 8/2022 dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).



Ministério da Saúde

Termos de Execução Descentralizada.

A Portaria GM/MS n.º 4.833/2022 altera portaria que estabelece critérios e procedimentos para celebração e execução dos Termos de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Saúde (Portaria GM/MS n.º 1.083/2022).



FUNASA. Comunicação.

A Portaria FUNASA n.º 7.654/2022 aprova a atualização do Plano de Comunicação Institucional da Fundação Nacional de Saúde (PCI-Funasa).



Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”)

Plano de Saúde. Entidades Fechadas.

A Resolução Normativa Conjunta ANS-PREVIC n.º 1/2023 estabelece critérios para a execução das atribuições legais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da ANS relacionadas às operações de planos privados de assistência à saúde realizadas pelas entidades fechadas de previdência complementar.



Plano de Saúde. Cadastro.

A Resolução Normativa ANS n.º 560/2022 dispõe sobre o Sistema de Cadastro de Planos Privados de Assistência à Saúde.



Plano de Saúde. Atendimento.

A Resolução Normativa ANS n.º 566/2022 dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários de plano privado de assistência à saúde.



Registro de Produto.

A Resolução Normativa ANS n.º 564/2022 dispõe sobre a Nota Técnica de Registro de Produto.



Agência Nacional Vigilância Sanitária (“ANVISA”)

Agrotóxicos. Instrução Normativa

O Despacho n.º 1/2023 determina fluxo administrativo para edição de instrução normativa conjunta sobre distribuição de processos pendentes de registro de produtos técnicos equivalentes, pré-misturas e produtos formulados de agrotóxicos e afins.



Ministério das Comunicações

Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)

Faixas de Frequência.

A Resolução n.º 759/2023 aprova o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil (PDFF), promovendo condições específicas de uso de faixas de radiofrequências nele dispostas.



Agenda Regulatória 2023-2024.

O Acórdão n.º 394/2022 aprova a Agenda Regulatória para o biênio 2023-2024.



Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM)

Marca do Governo. Manual.

A Portaria SECOM n.º 8.136/2023 dispõe sobre a aprovação do Manual de Uso da Marca do Governo Federal.



Secretaria de Telecomunicações

FUST. Recursos.

A Resolução CG-FUST n.º 3/2022 altera resolução que disciplina a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust (Resolução CG-Fust n.º 2/2022).



Ministério das Relações Exteriores

CSNU. Terrorismo.

O Despacho de 2 de janeiro de 2023 adota a Resolução 2662 (2022) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que trata da situação na Somália e da atuação do grupo terrorista Al-Shabaab.



Ministério de Minas e Energia

Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”)

Subestações. Tratamento Regulatório.

A Resolução Normativa ANEEL n.º 1.055/2022 altera resoluções normativas para estabelecer tratamento regulatório para o ilhamento de subestações de Rede Básica.



Serviços de Geração.

A Portaria n.º 6.800/2022 estabelece estrutura de funcionamento interno da Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração (SRG).



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP")

Biodiesel. Comercialização.

A Resolução ANP n.º 914/2023 altera resolução que estabelece procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de créditos de descarbonização (Resolução ANP n.º 802/2019) para incluir a comercialização de biodiesel entre produtores de biodiesel.



Ministério do Turismo

Regimento Interno.

A Portaria MTUR n.º 59/2022 aprova o Regimento Interno do Ministério do Turismo.

Tecnologia da Informação.



A Portaria SE/MTUR n.º 1/2023 torna pública a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do Ministério do Turismo para o período de 2023 a 2027.



Presidência da República

Recicla+. Recriação.

Despacho do Presidente da República determina a adoção de providências para elaboração de proposta de ato normativo que disponha sobre a recriação do programa Recicla+.



Privatização. Revogações.

Despacho do Presidente da República determina adoção de providências para revogar atos que dão andamento às privatizações.



Sigilo. Revisão.

Despacho do Presidente da República determina adoção de providências para revisão de atos que impuseram sigilo indevido a documentos de acesso público.



CONAMA. Revisões.

Despacho do Presidente da República determina adoção de providências para eliminar retrocessos realizados no Conama e na definição das políticas públicas ambientais do País.



Salário Mínimo. Valorização.

Despacho do Presidente da República determina elaboração de proposta com o objetivo de instituir a Política de Valorização do Salário-Mínimo.



Advocacia-Geral da União ("AGU")

Defesa da Democracia. Procuradoria Nacional.

A Portaria Normativa AGU n.º 82/2023 institui Grupo de Trabalho a fim de obter subsídios e contribuições para elaboração da regulamentação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia.



Defesa da Democracia. Grupo Especial.

A Portaria Normativa AGU n.º 80/2023 Institui o Grupo Especial de Defesa da Democracia (GEDD).



Para informações, entrar em contato com:

Luciano Souza

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br
(61) 3030 1952

Natalie Lima

natalie.lima@cesconbarrieu.com.br
(61) 3030 1959

Guilherme Queiroz

guilherme.queiroz@cesconbarrieu.com.br
(61) 3030 1965